



1 ATA DA REUNIÃO Nº 053 (nº02/2016) DO
2 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO
3 PARANÁ - CAU/PR, REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO
4 DE 2016, NA SALA VILANOVA ARTIGAS DA SEDE DO
5 CAU/PR, NA CIDADE DE CURITIBA-PR.
6
7

8 Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas,
9 na Sala Vilanova Artigas da Sede do CAU/PR, sito a Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 2.530,
10 Alto da XV, na cidade de Curitiba-PR, realiza-se a Sessão Ordinária nº 053/2015 (02/2016), do
11 Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR -
12 Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu, Andressa Fabiana de Oliveira Assistente
13 de Plenária do Conselho Ad hoc. A Sessão contou com a participação dos seguintes
14 Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas: **ANDRÉ LUIZ SELL, ANÍBAL VERRI
15 JUNIOR, BRUNO SOARES MARTINS, CARLOS HARDT, CRISTIANE BICALHO DE LACERDA,
16 GIOVANNI GUILLERMO MEDEIROS, IDEVALL DOS SANTOS FILHO, IRÃ JOSÉ TABORDA
17 DUDEQUE, LEANDRO TEIXEIRA COSTA, LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, NESTOR
18 DALMINA, ORLANDO BUSARELLO, RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES E RONALDO DUSCHENES.-**
19 Participaram, ainda, da presente Sessão, os Conselheiros Suplentes, Arquitetos (as) e
20 Urbanistas, **ANTÔNIO CARLOS ZANI, ENEIDA KUCHPIL, LUIZ BECHER, E MILTON CARLOS
21 ZANELATTO GONÇALVES.**.....

22 Fica justificada, de acordo com o 20º Artigo da Seção I, do Capítulo III, do Regimento Interno
23 do CAU/PR, a ausência da Conselheira Arquiteta e Urbanista: **MARGARETH ZIOLLA
24 MENEZES.**.....

25 Presentes, também os Assistentes contratados, a saber: o Assessor de Comunicação, Antônio
26 Carlos Domingues da Silva; o Analista Geral, Paulo Roberto Sigwalt; o Coordenador Jurídico,
27 Augusto Vianna Ramos; a Assessora Jurídica, Claudia Cristina Taborda Dudeque; o Gerente
28 Geral, Nilto Roberto Cerioli; a Coordenadora Financeiro, Rafaele Waszak; o Estagiário
29 Administrativo, Leonardo Carnieri (distribuição de microfones); Estagiário de Fiscalização,
30 Talisom Gustavo Rohde Fritzen (projeção dos arquivos) e eu, Assistente de Plenária *Ad hoc*,
31 Andressa Fabiana de Oliveira.

32 **III HINO NACIONAL:** Após o hino, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAS faz um informe,
33 e pede aos conselheiros a atenção em relação à duas atividades extras que ocorrerão na
34 presente data. Comunicando a visita de uma comissão oficial de Angola ao Brasil e também
35 ao CAU/PR, para se apropriar um pouco da experiência de gestão da cidade de Curitiba; a
36 visita ficou agendada para em torno das 15 horas. Sendo uma missão oficial, a Comissão
37 Angolana está visitando Prefeitura, Câmara de Vereadores, IPPUC e também ao CAU/PR.
38 Como segundo evento, também importante, lembra aos Conselheiros, conforme acertado na
39 última plenária, acontecerá a posse da nova Diretoria do Sindicato dos Arquitetos do Paraná,
40 do SINDARQ, a partir das 19 horas; e solicita aos Conselheiros presentes em plenária que
41 permaneçam no CAU/PR após o encerramento da Plenária; confirmado para este evento a
42 presença do presidente da Federação Nacional - FNA, e da sua Assessoria Jurídica.
43 Prosseguindo com a plenária, o Presidente coloca para votação a ata da plenária anterior.

44 **IV ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a Ata



45 correspondente a Sessão Ordinária nº 052 (01/2016) de 25/01/2016.....

46 **V PAUTA:** Colocada em votação, sem manifestações dos Conselheiros, foi aprovada por

47 unanimidade a Pauta da Reunião Ordinária nº 053, segunda Reunião Ordinária de 2016 do

48 CAU-PR, sem Extra pauta.

49 **VI APRESENTAÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS:**

50 **1 Correspondências recebidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências recebidas,

51 02 (dois) oriundas do CAU/BR destinado à Presidência do CAU/PR; 02 (dois) oriundas de

52 diversos emitentes e destinados ao setor de Comunicação.....

53 **2 Correspondências expedidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências expedidas,

54 03 (três) ofícios são oriundos da Presidência a remetentes diversos; 04 (quatro) foram

55 remetidos pelo setor de Fiscalização; não há (zero) expedição de ofício pelo Setor de

56 Atendimento, Setor Financeiro; Assessoria Jurídica; e Assessoria de Comunicação.....

57 **VII DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS:**

58 Os processos foram distribuídos para relatoria na Reunião das Comissões, realizada no

59 período da manhã, entre nove horas às doze horas.....

60 **VIII ORDEM DO DIA:**

61 **Palavra do Presidente: Ratificação, Resoluções, Fundo de Apoio e proposta de deliberação**

62 **aos UF's; Chamada de 4 Arquitetos Fiscais; Plenária de Março para Cascavel; Instalação**

63 **“servidores” e “back-up” para os Escritórios Regionais; Festival de Teatro Curitiba 50**

64 **(divulgação) e Comissão conjunta CAU+ CONFEA.....-O**

65 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR inicia falando da questão do Fundo de Apoio aos

66 CAUs básicos. Desde outubro de 2015 a Justiça Federal decretou ganho de causa ao réu

67 CAU/PR sobre a validade da Resolução do CAU/BR, que foi aprovada de maneira como a

68 justiça considera “equivocada”. Motivado por esta decisão judicial, acreditamos nós, o

69 CAU/BR colocou na pauta na próxima plenária - a ser realizada nos dias 25 e 26 de fevereiro

70 (ANEXO I) - uma proposta de Projeto de Deliberação Plenária aos Conselhos de Arquitetura e

71 Urbanismo do Distrito Federal e dos Estados que consolida as normas de criação e

72 regulamentação do Fundo de Apoio financeiro e dá outras providências. Em complemento a

73 pauta propõem também a ratificação das Resoluções 27, 68, 72, 97, todas relativas ao Fundo

74 de Apoio. Ato continuo à movimentação realizada pelo CAU/PR e por outros UFs. Esta pauta

75 recoloca o debate sobre a responsabilidade e autonomia de administração e finanças dos

76 CAU/UF a quem de direito, conforme previsto na Lei 12.378. O Presidente do CAU/PR espera

77 que nesta plenária do CAU/BR, com a presença dos Conselheiros Federais e também dos

78 Presidentes, aprova-se a proposta de deliberação, que seria encaminhada aos Plenários

79 estaduais para só então deliberar sobre os recursos do Fundo de Apoio. Sendo assim, o

80 Presidente do CAU/PR acredita que se a plenária do CAU/BR tiver uma visão positiva, além de

81 colocar isso numa legalidade, tanto a Resolução de BR quanto a dos Estados, pode aproveitar

82 a oportunidade para fazer uma análise financeira do CAU como um todo à busca de um

83 reequilíbrio financeiro, especialmente em função do momento econômico que o Brasil vive.

84 Para finalizar o assunto, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR comenta que caso seja

85 necessário, convocará o Coordenador e os membros da Comissão de Finanças do CAU/PR

86 para uma reunião extraordinária. Prosseguindo, informa que já esta em Diário Oficial, a

87 convocação dos quatro fiscais arquitetos urbanistas para compor o quadro de colaboradores

88 dos escritórios regionais do CAU/PR; e que em breve estes profissionais estarão contribuindo



89 para a melhoria do atendimento da demanda gerada no Setor de Fiscalização. Sobre o novo
90 escritório de Cascavel, o Presidente informa que a obra esta em andamento com previsão de
91 conclusão ate o mês de março; e que havendo a compreensão do Conselheiro de Maringá e a
92 concordância dos demais Conselheiros, a próxima plenária de março que estava prevista em
93 Maringá, seja realizada em Cascavel para realizar a inauguração do escritório. Não havendo
94 nenhuma resistência quanto à troca de cidade para a realização da próxima plenária, ficou
95 encaminhado que a plenária do mês de março ocorrerá no município de Cascavel. O
96 Presidente informa aos Conselheiros, que semana passada, ocorreu em Brasília uma primeira
97 reunião entre CONFEA e o CAU/BR (ANEXO II). Aparentemente o CONFEA precisando de
98 agenda positiva, montou uma comissão, oficiaram o CAU BR, que por sua vez também
99 convocou quatro colegas e foi realizada essa primeira reunião. O Presidente informa que
100 existe um pequeno questionário que foi encaminhado aos CAUs/UF para que respondam; e
101 solicita que este questionário seja respondido o quanto antes, ressaltando que vê esta
102 iniciativa de ambos os Conselhos com “bons olhos”. Por fim, o Presidente comenta a
103 informação passada pelo Assessor de Comunicação do CAU/PR, que é um pedido feito pela
104 organização do Festival de Teatro de Curitiba; dizendo que se o CAU/PR divulgar a
105 programação do Festival do Teatro em Curitiba, todos os interessados que queiram comprar
106 ingresso e que sejam arquitetos vão ter o desconto de 50 %. Única coisa que eles pedem é
107 que o CAU divulgue o Festival de Teatro, porque já é a quinquagésima edição. O Presidente
108 pergunta à plenária se podem apoiar o pedido feito pelo Festival de Teatro; não havendo
109 oposição, fica aprovado o pedido de divulgação do quinquagésimo Festival do Teatro em
110 Curitiba. Palavra aberta, o Vice-Presidente do CAU/PR, IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE
111 comenta que devido a grande pressão que ocorre nas plenárias realizadas pelo CAU/BR,
112 sugere que o Presidente do CAU/PR vá à plenária acompanhado de um representante do
113 jurídico, para não se enganar com Resoluções e decisões de documentos analisados no calor
114 da discussão. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, lembra corrigindo que a plenária do
115 CAU/BR desta vez será realizada na cidade do Rio de Janeiro, e diz que é primeira vez que
116 uma plenária do CAU/BR sai de Brasília e vai a outra cidade, para realizar a sua plenária
117 ampliada; coincidindo com a data do evento do VII Fórum Internacional e Assembleia Geral
118 do CIALP (Conselho Internacional dos Arquitetos de Língua Portuguesa) a ser realizado nos
119 dias 24 a 26 de fevereiro. Não havendo manifestações dos conselheiros referente aos
120 assuntos apresentados, o Presidente passa ao relato das Comissões.....

121 **Relato das Comissões.....**

122 **2.1. Relato da Comissão de Exercício Profissional – CEP.....**

123 O Coordenador da CEP, Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, inicia
124 comentando sobre os assuntos tratados na reunião (ANEXOIII); o primeiro relato trata das
125 deliberações e encaminhamentos da última plenária, o Protocolo nº 295105/2015 que sugere
126 a criação de CAT-A Derivada, para que tenha mais agilidade no processo, a Assessoria da CEP
127 efetivou um esboço de Ofício a ser remetido ao CAU/BR. Na sequência, o protocolo nº
128 345556/2016 a solicitação da Profissional para que seja alterada a data de início do registro
129 para o ano de 1990, visto que a Arquiteta migrou do Conselho Pretérito em 2012, data
130 constatada no Registro atual. A CEP aprovou a solicitação, desde que, a Gerência de
131 Atendimento do CAU/PR realize a análise dos documentos apresentados pela requerente. Do
132 mesmo modo, ocorreu com o terceiro caso, contatado através do protocolo nº 345622/2016



133 que foi solicitado à alteração de data de Registro de Empresa para ano de 2003, deste modo,
134 a CEP também aprova a solicitação. No próximo item, Protocolo 348030/2016, analisa o
135 abatimento de valores na anuidade de uma Empresa por inatividade. Foi constatada na
136 deliberação número 12 (doze) do CAU/PR que estipula os critérios para abatimento de
137 valores, assim definido, que a partir do segundo ano, a consideração dessa redução será
138 efetivada. O próximo assunto, o Coordenador da CEP abre para que a Plenária contribua, pois
139 trata-se da denúncia nº 350103/2016 onde o profissional fez uso de treliças na estrutura de
140 pilares e vigas nas edificações. O Denunciante requer ao Conselho uma manifestação sobre o
141 uso desse tipo de material em obras residenciais e comerciais, e ainda, estipula que seja feita
142 uma campanha com as empresas, com esclarecimento para os profissionais sobre a
143 necessidade de observância de normas técnicas e alerta sobre a responsabilidade, durante o
144 desenvolvimento de atividades de Arquitetura e Urbanismo. O Coordenador da CEP, LUIZ
145 EDUARDO BINI GOMES DA SILVA constata que a solicitação da campanha veio a partir da
146 manifestação de um profissional, no entanto a comissão verifica a responsabilidade de
147 retorno a este pedido. Assim, o encaminhamento ocorreu com a divulgação das atribuições
148 do Conselho e dentre elas o não encargo com os tipos de materiais que será enviada ao
149 solicitante. E verifica que não é necessário a elaboração de campanhas uma vez que os
150 profissionais saibam de suas atividades. O próximo item da pauta consiste em um e-mail
151 recebido de um profissional da Cidade de Quedas do Iguaçu-Paraná, que informou sobre as
152 negativas por meio da COPEL e SANEPAR, referentes as atribuições de Arquitetos e
153 Urbanistas para as atividades de Projetos e Execução de instalações elétricas prediais de
154 baixa tensão, e de infraestrutura de loteamentos. O Conselheiro LUIZ EDUARDO BINI GOMES
155 DA SILVA lembra que tanto no Paraná quanto no Brasil, todos os Arquitetos estão impedidos
156 de exercer projetos elétricos, mesmo os de baixa tensão. Em resposta via telefone, o
157 Profissional foi comunicado que a COPEL, havia formulado um convênio junto ao CREA e
158 assim, não considerando o Registro de Autoria do Arquiteto. O Presidente JEFERSON DANTAS
159 NAVOLAR relata que, após varias negociações infrutíferas, o CAU/PR deliberou junto com o
160 departamento jurídico, que em breve vai judicializar junto à Justiça Federal para que reitere
161 essas atribuições dos mesmos. E ainda, comenta que o CAU/SP recentemente conseguiu uma
162 liminar resgatando essas competências. O Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA
163 SILVA. Prossegue com a pauta da CEP relatando o próximo item, uma denúncia que consiste
164 em uma obra que apresenta patologias da construção civil. No entanto, essa casa foi objeto
165 de transação imobiliária, mas em uma perícia realizada, e através do laudo da Prefeitura,
166 foram constatas patologias e vários defeitos; assim o comprador protocolou a denúncia junto
167 a este Conselho contra o profissional responsável pela obra. A Assessoria da CEP fez um
168 relatório juntando a documentação, elaborando uma linha do tempo sobre o caso, e a única
169 irregularidade que encontraram foi à falta de pagamento da anuidade. Porém, dentro dessa
170 filtragem foram observadas várias infrações técnicas como utilização da RRT sem a conclusão
171 do pagamento da taxa, sendo assim, segue para a Comissão de Ética e Disciplina para análise,
172 após terem sido constatas diversas infrações Éticas. No próximo item constata o projeto
173 Acadêmico de número 434, a profissional solicita o Registro de Autoria (RDA) sobre uma obra
174 a ser registrada, monografia de Curso de Pós-Graduação, no entanto, repassado
175 recentemente a esta Comissão e verifica-se um trabalho técnico com muita informação a ser
176 detalhada. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR comenta que este foi o primeiro caso



177 deste tipo, no entanto, para efeito de padronização, solicita a elaboração de uma “minuta de
178 Deliberação” sobre o assunto, considerando as Resoluções já existentes do CAU/BR, assim
179 normatiza e cria um padrão. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE lembra que
180 fez Mestrado e Doutorado com bolsa de agências oficiais, onde constava uma cláusula
181 impeditiva de reversão de ganhos para o pesquisador, caso contrário, existe o direito autoral
182 permitindo o Registro de Autoria. O Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA
183 solicita à Assessoria Jurídica do CAU/PR que forneça uma relação dos critérios jurídicos que
184 tem que ser cumpridos e assim, construir uma Minuta de Deliberação. Na sequência o
185 Coordenador apresenta a tabulação atualizada dos Questionários aos Municipais (ANEXO IV).
186 Após a apresentação, apresenta a solicitação do Comitê de Desburocratização de Cascavel
187 (ANEXO V). E que o Conselho especifique dentro da RRT os parâmetros urbanísticos do
188 Município, na tentativa de isentar o fiscal ou analista de projetos. O Presidente JEFERSON
189 DANTAS NAVOLAR relata que a Prefeitura de Maringá, não exige mais apresentação de ART e
190 da RRT para Emissão de Alvarás. E lembra, sobre essas emissões a partir da década de 60 e
191 70. Sendo os primeiros oriundos de Termos de Cooperação assinados entre o CREA e as
192 Prefeituras e que na época foi uma atitude inovadora no sentido de exigir a presença do
193 profissional de engenharia ou de arquitetura. No entanto, agora uma Prefeitura chega à
194 conclusão de não ter a necessidade legal do instrumento da Responsabilidade Técnica o que
195 aparentemente fragiliza o papel tanto do profissional quanto dos Conselhos. Um Assunto de
196 extrema importância a ser analisado e discutido com mais profundidade em outras reuniões
197 e também com os demais Conselhos profissionais. E ainda, o Plenário propõe que esses
198 assuntos sejam agrupados e possam junto à Comissão de Ética Nacional, à Comissão de
199 Exercício Nacional, fazer um alerta interno dentro do sistema para que o CAU/PR possa
200 tomar uma decisão em breve. O Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA
201 comenta que para exercer a profissão muitos Municípios requerem o cadastro e sua
202 renovação anual para comprovação de vínculo e quitação de débitos com o CAU/PR, deste
203 modo, o Profissional está sendo fiscalizado. Sugere que se elabore um Convênio com o
204 Município ou encontrar um mecanismo jurídico pelo fato de ser uma Autarquia Federal, em
205 que obrigue a Prefeitura, a comunicar ao Conselho que o Profissional protocolou o projeto,
206 no entanto, algumas Prefeituras utilizam essa prática comunicando o INSS, que existe uma
207 obra e em consequência faz o Registro. E ainda compara que foram recolhidas em Maringá
208 3.200 RRT em 2013 e 3.300 em 2014. Em agosto 2015, começou a vigência dessa regra e
209 baixou para 2.400 RRTs no ano. Quantos projetos foram aprovados por Arquitetos ? E além
210 disso, devemos verificar junto ao CREA, quanto aos Engenheiros. O Presidente JEFERSON
211 DANTAS NAVOLAR solicita para que o Conselheiro Titular Aníbal Verri Júnior elabore um
212 dossiê de como ocorre em Maringá, resgatando essas leis, decretos e que nos ajude a
213 organizar um encontro com os profissionais da região para verificar esta situação. O
214 Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA informa que o Tutorial da Tabela de
215 Honorários já foi encaminhado aos Conselheiros. Depois faz uma breve apresentação sobre o
216 Cenário de Arrecadação de Recursos, demonstrando a evolução dos anos de 2013, 2014 e
217 2015 (Anexo VI). O contraste maior foi no mês de abril, entre setembro e outubro do ano de
218 2014. Lembra que esse material foi enviado a todos por e-mail pelo CAU/PR e lembra que é
219 um material extremamente importante e faz-se necessária uma maior divulgação dele. No
220 próximo tema comenta a Tabulação dos Questionários Municipais (Anexo VII) que por



221 iniciativa dos Conselheiros desta Comissão apresentaram os dados com gráficos, expondo aos
222 profissionais o panorama destes números, por regional. Dentre esses questionários das
223 Prefeituras tabulados até o dia 19 (dezenove) de fevereiro de 2016 (dois mil e dezesseis)
224 foram apresentadas 160 (cento e sessenta) respostas, do total de 399 (trezentos e noventa e
225 nove) Municípios, correspondendo a 40,1% (quarenta inteiros e um decimo por cento).
226 Depois relata que a Regional de Cascavel, com total de 80 (oitenta) municípios e 35 (trinta e
227 cinco) respondidos, em uma proporção de 44% (quarenta e quatro por cento). E ainda,
228 Regional de Curitiba com proporção de 61% (sessenta e um por cento), Regional de
229 Guarapuava com proporção de 27% (vinte e sete por cento), Regional de Londrina 35% (trinta
230 e cinco por cento), Regional de Maringá com 39% (trinta e nove por cento) e por último a
231 Regional de Pato Branco com 35% (trinta e cinco por cento). Consideram um ótimo resultado
232 até o momento. E o último assunto consiste na apresentação do relato do último Seminário
233 Legislativo, que aconteceu em Brasília, nos dias 18 e 19 de fevereiro. Elaborada a 4ª (quarta)
234 edição onde se apresentou a relação de projetos que estão tramitando na Câmara dos
235 Deputados e no Senado, de interesse da categoria. Foram divididos em grupos de trabalho
236 para análise desses projetos. O 1º (primeiro) era referente ao tema de Projetos de
237 Desenvolvimento Urbano e Habitacional, com 73 (setenta e três) projetos votados com
238 média de 4 ou 5 apenas, e no outro grupo era de Desenvolvimento Profissional de
239 Arquitetura e Urbanismo com 53 projetos. A modalidade seguida é a apresentação do
240 projeto de lei, autoria do deputado ou senador e o local na qual ele está tramitando, na
241 Câmara ou no Senado, uma breve apresentação e resumo da emenda e da tramitação. E
242 ainda, o posicionamento dos presentes se dá através da votação convergente, com ressalvas
243 ou divergente. Lembra que no 3º (terceiro) Seminário elaborado no ano passado, ocorreu
244 uma dinâmica mais precisa. Era feita a leitura desses projetos de lei, e uma votação prévia
245 entre convergente, convergente com ressalvas e divergente, e havendo unanimidade da
246 votação era passado para o próximo projeto. Se houvesse um equilíbrio na votação, entrava
247 se no mérito daquele projeto. Esse ano foi contratada uma Assessoria Jurídica para efetivar o
248 direcionamento, mas o resultado não foi favorável. -----

249 **2.2. Relato da Comissão de Ética e Disciplina – CED.**-----

250 É convidado o Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES, Coordenador da CED, que inicia
251 solicitando ao Relator do Processo de Mangueirinha - Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA
252 COSTA - que faça os comentários a respeito da primeira oitiva realizada pelo CAU/PR no dia
253 26 de janeiro. O sentimento geral demonstrado pelo Conselheiro foi de entusiasmo pelo
254 profissionalismo e execução primorosa. Comenta que houve uma participação maciça dos
255 diversos setores de forma irretocável. Foram ouvidas as partes, elucidando o entendimento,
256 que gerou mais um documento que será acrescentado aos autos, o que deverá ser informado
257 para a parte denunciada o que resulta em prazo para conhecimento e defesa, após decorrido
258 será feito o relato e voto final da plenária. O Coordenador da CED complementa fazendo
259 elogios tanto às pessoas quanto à técnica que foi empregada, e diz que aguarda a degravação
260 para análise dos depoimentos; informando também que foi realizada uma Proposta de
261 Regimento de Conciliação que tem por base a experiência do CAU/RS (ANEXO VIII).
262 Entretanto, observou-se que os membros da comissão não iriam participar da conciliação,
263 sendo sugerido que a mesma seja feita por um terceiro. Ficou deliberado que qualquer
264 pessoa do CAU/PR com instrução no campo da conciliação poderia fazer a tarefa. O



265 Coordenador da CED sugere que seja realizado curso de Conciliador, que dura dois dias, para
266 alguns colaboradores do Conselho, o que facilitaria o trabalho do Jurídico. A Assessora do
267 Jurídico do CAU/PR, Dr^a CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE, sugere que seja feito um
268 levantamento da despesa das diversas possibilidades de apresentação do curso de forma que
269 tenhamos o melhor retorno tanto em custo quanto em benefício para o CAU/PR, sugere-se
270 até uma parceria com a OAB para que o curso possa, eventualmente, ser realizado sem custo.
271 Encerrada a fala sobre a oitiva, o Coordenador da CED apenas observa a urgência da
272 necessidade do curso, pois já existe elevada demanda para o serviço pretendido. No
273 momento é relatado que o Conselheiro Federal JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO informou que
274 não poderá comparecer nesta Plenária, mesmo estando a caminho, em função das chuvas
275 fortes que caíram a pouco e causaram alagamentos próximo ao CAU/PR. O Presidente do
276 CAU/PR, comenta sobre a solicitação do CAU/BR (ANEXO IX) para contribuições à renovação
277 do Código de Ética, a qual está a cargo do Arquiteto e Urbanista JOÃO HONÓRIO, que foi
278 contratado para tecer comentários sobre o atual Código de Ética, para a qual são solicitadas
279 contribuições. O convite veio para a Comissão, porém, por ser um assunto de interesse geral
280 o Presidente solicita que todos apresentem sugestões para o melhoramento da Resolução.
281 Outro assunto relevante surgiu devido ao recebimento, pelo Conselheiro Titular ANDRÉ SELL,
282 de um e-mail que o convidava a trabalhar recebendo valores em “reserva técnica”. O
283 Presidente comenta que, como dentro do CAU/BR está colocado que para o avanço do nosso
284 código de ética no sentido de se tornar realmente punitivo, ele deve esclarecer primeiro os
285 arquitetos, depois os lojistas e industriais, e somente depois para a sociedade, e acredita que
286 esta é uma boa oportunidade de se iniciar um trabalho para derrubar a “RT”. Necessita-se
287 fazer contato com as Associações de Lojistas, as Comerciais e as Federações das Indústrias.
288 Uma campanha deve conter um título “tipo manchete”; quadros que individualizem os itens
289 principais e por fim o texto geral. Feito o texto e aprovado pela Comissão e pelo Plenário,
290 devemos fazer uma campanha em todo o Estado. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA
291 DUDEQUE lembra de um discurso que fez quando substituiu o Presidente que estava em
292 representação fora do Estado. O seu discurso transcorreu como o protocolo, porém ao
293 mencionar a “Reserva Técnica”, houve uma certa comoção o clima ficou tenso; e expõe sua
294 opinião: “o Conselho tem o dever de cumprir com as normas da instituição o que provoca um
295 problema de dualidade. O Conselheiro lembra que se não houvesse ligação com o CAU/PR,
296 ele perguntaria diretamente: “por favor, colega, como é que fica a questão da Reserva
297 Técnica? Por favor, tem gente aqui dentro que recebe Reserva Técnica?” Eu lembro de um
298 outro discurso dado no museu Oscar Niemeyer que várias pessoas se recusavam a me
299 cumprimentar, eu andava em direção a certos grupos de pessoas, aquilo se abria como se
300 fosse água, meu Deus, está tratando de um tema proibido. Mas o simples fato de dizer
301 Reserva Técnica, meu Deus, o tema existe, não era para ser citado esse nome, ficam aquelas
302 palavras meio pornográficas, assim, que não pode falar certos temas na frente do avô
303 italiano. Nesse caso aqui há necessidade de que nós mantenhamos essa liturgia mas
304 avancemos nesse caso, eu até fiquei pensando, se eu não fosse do CAU a minha ação ia ser
305 muito mais enfática. E nós ficamos então presos nessa liturgia. Quer dizer, até quando a
306 nossa não ação vai ser justificada pelo fato da suavidade que nós temos que ter em relação
307 ao tema? Então, por isso apoio integralíssimo, 14 meses se escoaram. Faltam quantos? 22
308 meses, quer dizer, então que nesses 22 meses o tema avance e não é simplesmente avançar



309 no sentido de dizer, nós não estamos fazendo recomendações. O Conselho é uma Autarquia
310 Federal, tem um Código de Ética, que tem um valor, mas o tema terá que ser tratado, sei lá
311 se estou usando a terminologia correta, passa a ter um valor de lei, então temos que botar
312 esse tema em pauta e discuti-lo com a sociedade”. O Coordenador da CED, RONALDO
313 DUSCHENES, toma a palavra e fala sobre uma reunião que participou em Brasília onde
314 estavam presentes da Justiça, o Procurador, que aconselhou que o CAU/PR se associasse ao
315 Ministério Público nesse processo, pois a eles interessa a moralização do país. O Presidente
316 JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicita a palavra e lembra que já em duas oportunidades um
317 representante da OAB esteve entre nós para debater o assunto. Se trata de um especialista
318 da Comissão de Ética. Em segundo lugar seria importante colocar no circuito o arquiteto
319 JOÃO HONÓRIO; chamar os dois para uma agenda no CAU/PR, desta forma conseguiria mais
320 qualidade e serenidade para o objetivo da Comissão. Nesse interim o Conselheiro Titular IRÃ
321 JOSÉ TABORDA DUDEQUE, pede a palavra e diz: “Sim, concordo até com o convite ao João
322 Honório, mas eu já falei isso numa outra plenária do CAU. Este Código de Ética é muito
323 confuso, texto demais, palavras demais, terminologias demais, um certo vício. Eu sou
324 professor, e eu me vigio muito em relação a isso, um certo vício professoral de querer
325 explicar tudo. Eu me lembro uma ocasião que eu fui com o Décio Pignatari quando veio
326 morar em Curitiba, eu colaborei na procura de um apartamento, ele começou a explicar para
327 mim e para o corretor de imóveis como é que era feita armação de apartamento anterior que
328 ele morou, como é que é, caixilharia de alumínio. Ele não era arquiteto. Naquela tarde eu
329 fiquei sabendo que o alumínio é extraído da bauxita por eletrólise, coisas desse tipo, quer
330 dizer, esse vício professoral que aparece claramente nesse Código de Ética. É importante sim
331 trazermos o João Honório, mas não posso deixar de registrar o absurdo de pedir contribuição
332 para um Código de Ética que acabou de ser aprovado”. O Coordenador da Comissão lembra
333 ao Conselheiro que o que está previsto é que ocorra uma revisão a cada seis anos. O que o
334 Conselheiro replica que apenas se passaram dois anos, o porquê da revisão ? O Coordenador
335 da CED, afirma que a Comissão é de parecer favorável a fazer um esforço no sentido de
336 melhorar, talvez até diminuir para tornar mais enxuto o Código; tentando contribuir no que
337 for possível. Para concluir, convido o Assessor da Comissão de Ética e Disciplina, o
338 Coordenador do Jurídico, Dr. AUGUSTO VIANNA RAMOS para que fale sobre a questão da
339 Certidão Negativa relativa aos Processos Éticos Disciplinares via SICCAU (ANEXO X), que
340 relata o seguinte: “Nós recebemos um e-mail da Assessoria da Comissão de Ética do CAU/BR
341 informando que eles vão possibilitar a partir de meados de março e abril a emissão de
342 Certidão Negativa relativa a processos ético disciplinares via SICCAU. Como é feita a emissão
343 de regularidade fiscal com o Conselho via SICCAU vai ser possibilitada a emissão de Certidão
344 Negativa. Em alguns casos de licitação é solicitada essa certidão dos profissionais, então para
345 participação é requisito que o profissional não tenha condenações ético disciplinares, e essa
346 emissão dessa certidão vai ser disponibilizada via SICCAU. Esse e-mail foi enviado a todas as
347 comissões de ética no intuito de que todos os estados façam a alimentação do sistema que é
348 denominado “Módulo de Ética” com as informações dos processos ético disciplinares para
349 que alimente esse sistema de emissão de certidão e não cause nenhum problema na emissão
350 se não houver a informação de um determinado processo ético disciplinar e isso possibilite o
351 arquiteto condenado a emitir uma certidão negativa. Então é só a título de informação
352 mesmo e solicitação a todos os CAU/UF e a todas as Comissões de Ética e Assessorias das



353 comissões para que alimentem devidamente esses sistemas com os processos em que há
354 condenação transitada em julgado para alimentar devidamente o sistema de emissão de
355 certidão negativa”. Tendo concluído os relatos da Comissão de Ética e Disciplina, dá-se por
356 encerrado os assuntos.....

357 **Relatos da Comissão de Ensino e Formação – CEF.....**

358 O Coordenador da CEF, CARLOS HARDT apresenta os assuntos tratados, apresentando uma
359 pequena síntese (ANEXO XI) para projeção e acompanhamento, o primeiro item são os
360 assuntos que estavam em andamento, o registro profissional para estrangeiro do arquiteto
361 Federico Pipa, discutido em plenária passada, finalmente teve a confirmação da UFPR pela
362 legitimidade dos documentos e o processo foi encaminhado ao CAU/BR para que se efetue o
363 registro desse profissional argentino. O curso de Produção de Projetos da Universidade
364 Positivo não teve um ainda um encaminhamento célere, tendo em vista ele sido
365 relativamente represado pelas emergências e importâncias de outros assuntos que a
366 assessoria jurídica teve à sua frente, e está sendo encaminhado agora com um viés menos
367 dependente da assessoria jurídica, que esta se inteirando de todos os detalhes, inclusive em
368 rápida conversa, o presidente explicou à CEF que a mesma poderá encaminhar o processo
369 com uma supervisão da assessoria jurídica e não deixar sob responsabilidade da assessoria
370 jurídica o encaminhamento propriamente dito. Existindo uma orientação para
371 encaminhamento que será feito pela assessoria da comissão. Em relação ao curso de
372 Arquitetura e Urbanismo 100% (cem por cento) à distância, a CEF que entrou em contato
373 com a CEF/BR nacional, que já tinha conhecimento desse fato, informou que uma série de
374 medidas já havia sido tomadas, e que entre elas havia a programação de uma visita à
375 instituição para o possível enquadramento efetivo dessa divulgação e tentativa de se fazer
376 um curso de Arquitetura e Urbanismo à distância. Porém, apesar desses aspectos estarem
377 sendo encaminhados, a CEF/PR encaminhou ofícios tanto à CEF/MG quanto à CEF/BR,
378 verificando ainda na manhã da presente data, que continua a publicidade do curso.
379 Evidentemente está com o Coordenador a ser definido, o corpo docente em breve, portanto
380 ainda permanece no ar. A CEF/PR espera que as ações da CAU/BR e do CAU/MG surtam
381 efeito em curto prazo. Quanto ao outro aspecto que tinha sido encaminhado desde a última
382 Plenária de se criar critérios para que o CAU faça a divulgação de cursos de especialização
383 principalmente, a CEF/PR iniciou uma relação de critérios, lembrando que antes existia a
384 proposta de divulgação de dois cursos, um da UEL, outro da UNIPAR. O da UEL foi aprovado
385 na última plenária, e da UNIPAR não foi encaminhado para divulgação tendo em vista a falta
386 de informações a respeito do curso, não sendo possível emitir um juízo de valor para não
387 constranger o Conselho. Essas informações ainda não constam oficialmente para a CEF,
388 apenas teve uma diligência por intermédio de pesquisa na internet, e em análise muito ligeira
389 aparentemente esse curso continua tendo um problema básico, que é um curso de
390 especialização em Projeto de Arquitetura e que abre possibilidade de engenheiros civis
391 fazerem o curso. O encaminhamento que está sendo feito, será de comunicar formalmente o
392 Coordenador do curso para que ele informe a CEF/PR sobre os dados desse curso,
393 aguardando a resposta do mesmo para verificar quanto à divulgação. A respeito dos critérios,
394 sob o ponto de vista metodológico, a ideia que a CEF teve é de não procurar discutir cada um
395 dos critérios já em detalhe, mas sim fazer de juntar as proposições de critérios, sistematizar
396 essa série de ideias que podem vir de todos os conselheiros, após analisado esse conjunto de



397 ideias, será discutido os critérios. A CEF solicita que se houver sugestões, que encaminhem
398 para assessoria da CEF, à arquiteta Maria Benedita Honda, os critérios que julguem
399 convenientes para que possa na sequência sistematizá-los. O Coordenador da CEF, cita alguns
400 aspectos a serem considerados: primeiro, o curso tem que ter como temática um assunto
401 efetivo de interesse da arquitetura e urbanismo; segundo, a instituição de ensino e o
402 respectivo curso de arquitetura e urbanismo estejam regulares junto ao CAU, especialmente
403 em relação ao cadastro do SICCAU. O Coordenador destaca também a importância que haja
404 um efetivo registro do Coordenador do curso no SICCAU com o recolhimento do RRT de
405 Cargo e Função e demais dados relativos a esse Coordenador, como a portaria de nomeação,
406 e outros dados que se pede a respeito do registro; outros requisitos seria quanto ao
407 preenchimento do questionário já citado em plenárias passadas que são dados efetivos de
408 gestão da CEF do CAU/PR, a respeito dos cursos neste estado, e que os cursos sejam
409 ofertados apenas para profissionais legalmente habilitados com interesse da arquitetura e
410 urbanismo, e de haver clara informação de que a responsabilidade por esse curso que está
411 sendo divulgado é da instituição de ensino e não do CAU. Com a palavra aberta, o Presidente
412 JEFERSON DANTAS NAVOLAR, comenta que os questionários citados pelo Coordenador, é um
413 material extremamente relevante para a análise da CEF, e que 22 (vinte e duas) Instituições já
414 responderam os questionários. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO manifesta-se
415 quanto sua preocupação que, ao divulgar estes cursos, mesmo sendo mencionado que a
416 responsabilidade é da instituição e não do Conselho, o fato do material apresentar a logo ou
417 ser divulgada pelo CAU, possa causar uma espécie de confusão de interpretação, onde o
418 profissional acabe entendendo que o fato de existir de certa forma a “presença” do CAU
419 neste curso, se o mesmo interpretaria como uma chancela referente a qualidade do curso
420 divulgado. O Coordenador da CEF, CARLOS HARDT explica que a ideia não é caracterizar
421 como sendo o CAU divulgando, mas sim ter no site um espaço em que se divulgasse, como
422 por exemplo, a divulgação do Festival de Teatro. O Presidente pede um aparte e esclarece:
423 “Para mim, e eu quero dividir com os colegas, sempre estive muito forte para minha atuação
424 desde o primeiro mandato o Artigo 24 da lei 12378 que nos coloca num patamar
425 extremamente diferenciado dos outros Conselhos que foram, na sua grande totalidade,
426 instituídos antes da constituição de 1988. Existe uma diferença fundamental entre antes e
427 depois. O artigo 24, tomo a liberdade de ler, que cabe ao CAU/BR e ao CAU/UF a função de
428 orientar, disciplinar, fiscalizar o exercício da profissão da arquitetura urbanismo, zelar pela
429 fiel observância dos princípios da ética, disciplina da classe em todo o território nacional,
430 bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo. Esse é o
431 nosso limite”, e complementa: “Está autorizado, Conselheiros, para este Conselho pugnar
432 pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo. Isto pode ser um preâmbulo
433 desse documento. Eu insisto que para mim é único e esclarecedor artigo da lei que diz o
434 nosso limite sobre isso”. O Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR, ressalta a importância
435 de criar os critérios para este tipo de divulgação, reforçando quanto preocupação levantada
436 pelo conselheiro Orlando Busarello; e lembra que é fundamental que o curso deixe
437 esclarecido quem é o corpo docente logo de início. O Coordenador da CEF concorda com as
438 palavras do Conselheiro Aníbal Verri Junior, complementando que o corpo docente já deve
439 ser mencionado com suas respectivas cargas horárias; por se tratar de um critério
440 importante. O Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA também compartilha



441 da mesma preocupação do conselheiro Orlando Busarello; acreditando também que todos os
442 cursos tem o lado comercial, o lado financeiro, indo a desencontro com a linha de raciocínio
443 do Conselho; e questiona: “Então eu não sei se, por uma questão de ordem, não seria
444 primeiro encaminhamento do mérito da questão sobre a referida apresentação pra depois
445 essa formatação da proposta propriamente dita?” O Coordenador da CEF, CARLOS HARDT
446 responde: “Conselheiro, atualmente, veja, se a gente for levar em consideração o ter ou não
447 ter, ser ou não ser privado com interesse de lucro, é muito difícil restringir, porque se não
448 teria que restringir inclusive a participação das entidades privadas que ofertam cursos
449 regulares. Portanto todo curso de especialização, inclusive de muitas universidades públicas,
450 há inclusive uma decisão da Universidade Federal do Paraná no sentido de permitir que
451 professores de dedicação exclusiva possam ter horas adicionais se dedicadas a cursos de
452 especialização, que são cobrados. Nas universidades públicas cursos de especialização são
453 cobrados e tem, “interesse de lucro”. Claro que não é o lucro como negócio. Muitas
454 entidades públicas utilizam esse meio para ter uma receita para seu custeio, para fazer frente
455 à quebra de receita que existe hoje no repasse de verbas federais, principalmente, e do
456 estado também. Então fica muito difícil a CEF levar em consideração esse critério”. O
457 Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA comenta que indo por essa linha de
458 instituições públicas, acredita que a intenção dessa cobrança é o retorno da sociedade pelo
459 movimento que eles estão exercendo na apresentação, na proposta do curso; acreditando
460 também que numa entidade privada já vai desencontro a esse retorno à sociedade. E afirma
461 ser uma linha meio subjetiva. Reforçando sua indicação de que seja votado primeiro o
462 critério dessa apresentação de “links e banners” para depois o conselho entrar nessa
463 discussão. Desta forma o Coordenador da CEF informa que a sugestão da comissão é que não
464 faça hoje o encaminhamento de votação, de aprovação ou não aprovação; apenas seja
465 encaminhado para discussão para e amadurecimento, onde se levante os critérios, se
466 organize, e depois fazer uma discussão com um pouquinho mais de reflexão; pois às vezes
467 uma votação muito rápida pode levar a equívocos que depois são mais difíceis de serem
468 sanados. O encaminhamento da comissão é no sentido de não deliberar neste momento. O
469 Presidente comenta que este seria o caminho e encerra este assunto da pauta da CEF,
470 pedindo que seja realizada uma pausa no relato da Comissão, devido à presença da
471 Delegação da Angola. Os participantes da Delegação se fazem presente na Plenária às 16
472 horas e 25 minutos, onde são recepcionados pelo Presidente e pelo Assessor de
473 Comunicação do CAU/PR. Com a palavra o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR faz a
474 recepção: “Quero dar as boas-vindas a todos. Estamos numa atividade de plenária, que
475 acontece uma vez por mês, uma feliz coincidência que todos os nossos Conselheiros titulares
476 estão presentes, então nós temos um tempo limitado. Gostaria de iniciarmos com as
477 apresentações formais e muito obrigado pela presença de todos”. A palavra é passada para o
478 consultor internacional em Gestão Pública e Planejamento Urbano que esta acompanhando o
479 grupo, o Sr. Eliel Rosa que comenta: “Obrigado, Presidente, pela calorosa recepção, estamos
480 desde o final de semana aqui em Curitiba com o grupo de Angola, eu vou passar logo a
481 palavra para o Sr. Fernando que é o chefe da delegação e antecipo que Angolapassa, neste
482 momento, por um processo de criação, consolidação e estruturação dos Conselhos. Um país,
483 como o Fernando vai dizer, ainda muito centralizado, muito dependente, muito verticalizado,
484 e é um processo hoje que Angola está a busca de referências, e eles vieram para o Brasil por



485 conta disso. Passaram a semana anterior em Brasília no Ministério das Cidades, estão lotados
486 de teoria e agora é uma oportunidade de ver como funciona na prática. Eles já estiveram
487 hoje pela manhã no Governo do Estado vendo como funciona o CONSEG do Estado (Conselho
488 Comunitário de Segurança), o Conselho da Secretaria de Desenvolvimento Urbano também, e
489 referente especificamente às cidades, então eu passo sem mais delongas a palavra ao
490 Fernando para falar e também apresentar o grupo em nome da nossa entidade internacional
491 eu agradeço à receptividade de vocês. Obrigado por nos ter aqui”. Com a palavra o chefe do
492 Departamento de Acompanhamento da Administração da República de Angola, Sr. Manuel
493 Fernando Ngury: “Muito boa tarde. Muito obrigado senhor presidente do Conselho. Muito
494 obrigado, senhores Conselheiros por nos oportunizarem, portanto, esse momento especial
495 de interação com o trabalho que vocês estão a desenvolver aqui em Curitiba, aqui no Paraná.
496 Nós somos do Ministério da Administração de Território do Governo de Angola e
497 pertencemos à direção nacional de administração local do Estado. E na verdade a ideia de
498 estar aqui com vocês é de tentar perceber na prática como é que se dão essas disputas, as
499 disputas dentro dos Conselhos para influenciar as políticas públicas. Os nossos Conselhos são
500 Conselhos de auscultação e concertação social, e atuam no âmbito da prefeitura municipal
501 como órgãos de consultoria do prefeito e também no âmbito da administração e do governo
502 do Estado, também como órgãos de auscultação e de assessoria ao governador provincial.
503 Ainda não são órgãos deliberativos, não tem essa autonomia de um Conselho de disputar
504 políticas, grupos organizados, como é que elas influenciam as políticas públicas. Então nós
505 viemos aqui, na verdade, é para perceber o modo como essas disputas se dão, como é que se
506 dá a organização, a gestão desses processos, o financiamento desses processos porque está
507 em curso no nosso país a construção de uma agenda para a descentralização administrativa.
508 Criação de órgãos, municipais autônomos que possam eleger os seus prefeitos, autonomia
509 financeira, autonomia administrativa e tudo isso sugere, portanto, a existência de Conselhos
510 fortes, participativos, com autonomia. Então nós somos o grupo técnico que está na frente
511 desses processos todos, estamos aqui para tentar aprender um pouco mais com aqueles que
512 já caminharam, deram uma caminhada além daquela que nós demos até hoje. Esse é o nosso
513 objetivo, eu sou o Fernando, coordeno aqui a comissão, meus colegas: doutor Cristiano
514 André, doutor Adriano Mota, doutor Francisco Ndawanapo, doutor Domingos Airosa, doutor
515 Antero Marin e o doutor Nelson Albino. Rapidamente porque estamos numa sessão, é a
516 apresentação do nosso grupo. Muito obrigado por essa recepção. Obrigado. Excelência,
517 passo à mesa”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR retoma a palavra e complementa:
518 “Obrigado. Nós fizemos uma apresentação rápida sobre o estado do Paraná, mas me permito
519 antes, historiar um pouco. Os colegas companheiros aqui presentes, estão nos ajudando a
520 construir um Conselho Uni profissional. Nossos países tem origens comuns: somos ex-
521 colônias portuguesas. Nossa independência ocorreu 1889, porém, a construção das
522 estruturas administrativas do Brasil, só tomaram força a partir da década de 1930, no
523 chamado período do Estado Novo. Em relação às profissões regulamentadas, o Estado
524 Brasileiro outorgou aos próprios praticantes das profissões regulamentadas que
525 construíssem seus Conselhos. Houve uma transferência do Estado para a sociedade civil. Na
526 oportunidade o Estado propôs que a Engenharia, a Agronomia e a Arquitetura, talvez por
527 força de quantidade de profissionais, instituíram um Conselho Multiprofissional, o famoso
528 sistema CONFEA/CREA, que é reconhecido como o maior Conselho Profissional do planeta.



529 Hoje, depois de 80 anos de fundação, tem mais de um milhão de profissionais registrados em
530 mais de 240 (duzentos e quarenta) modalidades de profissionais, dentro de um único
531 Conselho. Os senhores imaginam então o que era no início uma mesa com três pessoas, um
532 arquiteto, um engenheiro e um agrônomo, dividindo harmoniosamente uma pauta. Anos
533 depois são representantes de 240 engenheiros de um lado da mesa, 1 arquiteto e 1
534 agrônomo do outro lado da mesa. Todos os Conselhos são instituições parlamentares com
535 voto nominal, no CONFEA/CREA os arquitetos perdiam todas as votações. Perdíamos até na
536 composição de Comissões e de pauta. Cansamos de ser derrotados, meus senhores. Por mais
537 que tentássemos negociar com os representantes das outras profissões a pauta da
538 arquitetura, do urbanismo, das cidades, nós não conseguíamos sequer fazer algum tipo de
539 parceria com essas outras profissões, que diga-se de passagem, na prática do dia a dia
540 convivemos harmoniosamente, o arquiteto, o engenheiro civil, o agrônomo. Mas dentro da
541 disputa democrática do Conselho cansamos de ser derrotados. Fomos então ao Congresso
542 Nacional e é quem legisla no país e propusemos um projeto de lei que se aprovado
543 autorizaria os arquitetos a construir então um Conselho Uni profissional. Este projeto foi
544 aprovado em 2010 e instala-se o Conselho em 2011. Passados 4 anos - 2012, 2013, 2014,
545 2015 ainda estamos construindo o Conselho. O CAU representa proporcionalmente os
546 arquitetos por Estado. Aqui no Paraná somos algo como 10 mil arquitetos. No Brasil, já algo
547 como 130 mil arquitetos, nascemos com números muito grandes e pela regra eleitoral temos
548 então no Paraná 16 Conselheiros titulares e 16 Conselheiros suplentes. Também por força de
549 lei, cada Estado tem um Conselheiro Federal, que é a câmara alta, que nos representa então
550 no que é chamado Conselheiros do CAU Nacional. Diga-se de passagem, que esta fórmula
551 agrada muito bem os Estados pequenos e desagrade estrondosamente os Estados grandes.
552 Os senhores imaginam que um estado como São Paulo, que tem 45% (quarenta e cinco por
553 cento) dos arquitetos do Brasil, tem apenas um Conselheiro Federal assim como os pequenos
554 estados que tem 500 ou 600 arquitetos. É uma fórmula que repete a fórmula do nosso
555 Congresso Nacional. O Congresso Nacional, desde 1988, é teoricamente parlamentarista:
556 Câmara Baixa e Câmara Alta, onde os Conselheiros elegem a mesa diretora e a presidência.
557 Por um acordo entre os maiores partidos políticos, ao aprovar a Constituição no Brasil,
558 continuamos sendo presidencialista. Então feita essa fala, eu só quero complementar aqui,
559 também por força de lei temos aqui no CAU, cinco (5) Comissões Permanentes e obrigatórias
560 em todos os Estados. Comissão de Organização e Administração, Comissão de Planejamento
561 e Finanças, Comissão de Ética e Disciplina, Comissão de Ensino e Formação e Comissão de
562 Exercício Profissional. Essas 5 Comissões é que alimentam o funcionamento do Conselho,
563 interpretam a lei, nos autorizam a emitir deliberações, se relacionam com a sociedade
564 sempre a partir dessas 5 comissões obrigatórias”. Após as palavras do Presidente, o Assessor
565 de Comunicação, Antônio Carlos Domingues da Silva faz uma breve apresentação (ANEXO
566 XII): “Como o presidente Jeferson já falou, o Conselho foi criado pela lei 12378 em 31 de
567 dezembro de 2010, e passa a funcionar a partir de 15 de dezembro de 2011. Quais são as
568 competências do Conselho? Fiscalizar o exercício profissional da arquitetura, fazer
569 julgamentos éticos, realizar a inscrição e a identificação dos profissionais e pessoas jurídicas e
570 emitir anuidades, multas e certidões, assim como os registros de responsabilidade técnica.
571 Importante, acredito que o presidente não colocou, mas os Conselhos não recebem nenhum
572 recurso do governo, eles têm que ser autossuficientes. No caso do Conselho de Arquitetura a



573 manutenção dele financeira vem das taxas para os registros que os profissionais pagam
574 anualmente, e a cada serviço que eles prestam eles também emitem o Registro de
575 Responsabilidade Técnica – RRT - que é um contrato de prestação de serviço entre o
576 profissional e o cliente. O nosso sistema de gestão é todo informatizado, eliminou-se, em
577 grande parte, o uso do papel. Todas as demandas que os arquitetos precisam fazer é através
578 do sistema de informação e comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – SICCAU
579 - onde são emitidos os registros, certidões, pagam as suas anuidades, tudo via web, com
580 pouca emissão de papel. O Conselho também é fiscalização, e para isso trabalha através do
581 emprego do georeferenciamento. Todos os dados dos contratos que os arquitetos prestam
582 podem ser georeferenciados e com isso em tempo real você tem a situação, o que está sendo
583 realizado, onde está sendo realizado e por quem está sendo realizado. No Brasil são 134 mil
584 arquitetos que tem registro, no Paraná são quase 8 mil profissionais atuantes. Registrados
585 são mais de 9 mil, mas que atuam efetivamente são quase 8 mil, existe 1.600 mil empresas
586 registradas, atuando no Paraná. O Sudeste é a região que concentra mais da metade dos
587 arquitetos, 55% (cinquenta e cinco), depois vem o Sul com 20% (vinte por cento), a região
588 Nordeste com 12,5% (doze inteiros e cinco decimo por cento), Centro Oeste com 8,2% (oito
589 inteiros e dois decimo por cento) e a região Norte é a que menos arquiteto possui apenas
590 3,7% (três inteiros e sete decimo por cento). A maioria dos profissionais são mulheres, 61%
591 (sessenta e um por cento), contra 39% (trinta e nove por cento) de homens. No Paraná o
592 Conselho está dividido em 6 regiões. A sede é aqui em Curitiba, é a maior das regiões, que
593 concentra 54% (cinquenta e quatro por cento) do total de arquitetos, as demais regiões,
594 Londrina representa 17% (dezessete por cento), Maringá representa 13% (treze por cento),
595 Cascavel representa 15% (quinze por cento), Pato Branco representa 3% (três por cento), e a
596 região de Guarapuava que é a região central do Estado representa 2% (dois por cento). São
597 31 cursos de arquitetura no estado que estão localizados nessas cidades. A maioria deles em
598 Curitiba e nas outras cidades os demais cursos. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do
599 Paraná instituiu 7 (sete) Câmaras Técnicas para ajudar a disseminar as informações. Então
600 nós temos mais de 112 (cento e doze) Agentes de Câmaras Técnicas que ajudam a replicar as
601 informações do Conselho e tornam a administração vertical em horizontal espalhando a
602 atuação do Conselho em muito mais municípios. Quanto aos Registros de Responsabilidade
603 Técnica, temos: em 2013 foram 81.674 mil contratos, 2014 subiu um pouco, e foi para 90.155
604 mil contratos, 2015 desceu um pouco, ficando nos patamares de 2013 com 83.212 mil
605 contratos. Com a palavra aberta, o chefe do Departamento de Acompanhamento da
606 Administração da República de Angola, Sr. Manuel Fernando Ngury faz as seguintes
607 perguntas: “Excelência, senhor Presidente, na verdade era importante saber como é que se
608 dá a atuação do Conselho na influência das políticas urbanas. Existe alguma atuação, algum
609 engajamento do Conselho nisso, na própria fiscalização das obras públicas? Na verdade,
610 como é que o Conselho participa da construção disso, se tem algum protagonismo ou não?”
611 O Presidente do CAU/PR responde: “Muito bem. A pergunta é bem significativa. Importante
612 historiar que quem nos ajudou chegar aqui foram entidades de arquitetura e urbanismo. Nós
613 temos inclusive uma entidade centenária no Brasil que nos representou até esse momento,
614 inclusive sobre aspectos institucionais, que é o Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB. O IAB e
615 todas as demais entidades estão representadas na nossa Plenária. Então apesar de estarmos
616 aqui como pessoas físicas, tem por trás de cada um desses colegas uma instituição de classe,



617 seja a Associação dos Arquitetos Paisagistas, o Sindicato dos Arquitetos do Estado do Paraná,
618 a Associação dos Escritórios de Arquitetura, a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura,
619 a Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Então, quando fazemos política aqui dentro
620 estamos respondendo demandas, ou queremos que eles divulguem as demandas que são
621 produzidas aqui pelos Conselheiros. Mas além disso, temos assim a responsabilidade de
622 termos ações mais diretas. O estado do Paraná, por já ter tido um arquiteto como prefeito
623 em Curitiba e governador, tem uma valorização muito forte da produção da arquitetura nos
624 seus órgãos públicos, nos seus órgãos de representação, e sempre estão em parceria conosco
625 nessa troca de experiências de fiscalização. Temos uma Secretaria de Estado de
626 Desenvolvimento Urbana, que obriga todos os municípios do Paraná a ter uma legislação de
627 planejamento, que são os famosos Planos Diretores. Então essa obrigatoriedade parte de um
628 arquiteto para um órgão do Estado, que volta para Conselho, que tem obrigação de fiscalizar
629 se esta responsabilidade está sendo cumprida. Temos metas ainda que não foram
630 implantadas nessa relação entre sociedade, governo e Conselho. É muito caro para nós, por
631 exemplo, a implantação da habitação de interesse social. O Brasil tem uma desigualdade
632 social gigantesca e a habitação é um direito que o cidadão brasileiro tem desde a nossa
633 última constituição de 1988. Então esse é um exemplo de uma legislação extremamente
634 importante para nós arquitetos mas que os órgãos públicos e os órgãos financiadores ainda
635 não a assumiram. Então, nós fazemos política em relação a isso. Por exemplo, este ano é um
636 ano de eleições municipais em todos os municípios. Nós teremos em novembro a renovação
637 de todos os prefeitos e também de todas as Câmaras Municipais no Brasil inteiro em mais de
638 5 mil municípios. No Paraná são 399 municípios. Estas entidades presentes nos ajudaram a
639 construir o que chamamos de “Manifesto da arquitetura e urbanismo como política”. Vamos
640 fazer política com este texto. Vamos levar aos representantes do legislativo, aos presidentes
641 de partidos, às entidades de classe para que nos vejam como entes políticos. Tem uma frase
642 não sai da minha cabeça: “enquanto os arquitetos não fizerem política, os políticos vão
643 continuar fazendo cidades”. Nós temos essa bandeira aqui para nos colocar mais fortemente
644 em relação à sociedade”. O chefe da Comitativa Angolana agradece a resposta do Presidente
645 do CAU/PR, e complementa: “Acho que o importante é consolidar aquilo que vimos em
646 Brasília hoje pela manhã em relação aos Conselhos: os Planos Diretores. É importante saber
647 como é que se dá essa relação entre o Conselho profissional e os Conselhos de Planos
648 Diretores, ou os Conselhos de Habitação, e os Conselhos de Urbanismo que existem pelo
649 Brasil e aquilo que vimos hoje pela manhã. Eu creio que estamos satisfeitos, muito obrigado.
650 ” Encerrado as discussões, é feito uma pausa para o coffee break. As 17 horas e 15 minutos
651 inicia-se novamente a pauta a ser discutida pela CEF. O Coordenador da Comissão CARLOS
652 HARDT retoma a palavra, e considerando que a proposta é não deliberar sobre os critérios
653 para a divulgação de cursos, deixando com que a CEF monte esse projeto primeiro,
654 considerando as observações feitas pelos Conselheiros contribuindo para o amadurecimento
655 desse assunto, a CEF prossegue com os últimos três assuntos que a Comissão tratou em sua
656 reunião. O próximo item refere-se ao processo encaminhado pela universidade cuja sigla é
657 UNINGÁ, a respeito do registro de egressos. O Coordenador esclarece que se trata de um
658 curso novo cuja primeira turma de formandos soma 12 egressos e eles solicitaram o registro
659 junto ao CAU, e o CAU preliminarmente se negou a fazer esse registro até que haja conclusão
660 do processo de reconhecimento do curso pelo MEC. Analisando o processo, considerou-se



661 uma certa similaridade com o caso da UTFPR a respeito do registro de um de seus egressos
662 quando o CAU/PR havia recebido uma informação do CAU/BR, de que a UTFPR não teria
663 solicitado reconhecimento dentro do prazo estipulado e a própria lei, a própria Resolução
664 normativa do MEC determina que seria possível de se fazer o registro de um egresso de curso
665 novo durante o processo de reconhecimento do curso desde que o pedido de
666 reconhecimento tenha sido tempestivo. E a informação original da UTFPR era de que fora
667 intempestivo. Depois disso, verificou-se que havia tempestividade, por tanto aquele caso
668 acabou sendo resolvido sem maiores problemas. Nesse sentido, a CEF considera que o
669 pedido de reconsideração da UNINGÁ é parcialmente procedente porque se efetivamente
670 houve o pedido de reconhecimento dentro do prazo que eles tinham, os seus egressos
671 poderão ser registrados antes do final da tramitação, ou seja, muito provavelmente já deve
672 ter havido avaliação preliminar, e um parecer encaminhando sobre o reconhecimento.
673 Porém, como a CEF/PR não tem acesso a essas informações o encaminhamento dado ao
674 processo foi de que se consulte o CAU/BR para que ele informe ao CAU/PR sobre a
675 possibilidade de se efetuar ou não o registro de seus egressos. Portanto deverá ser
676 informada a UNINGÁ de que estão sendo feitos pedidos de informações ao CAU/BR para que
677 se possa de forma definitiva registrar ou não, através da verificação de regularidade do curso.
678 Nesse sentido, a Comissão considera que o pedido de reconsideração da UNINGÁ é
679 parcialmente procedente porque houve o pedido de reconhecimento dentro do prazo que
680 eles tinham, os seus egressos poderão ser registrados antes do final da tramitação, ou seja,
681 muito provavelmente já deve ter havido avaliação preliminar e um parecer encaminhando ou
682 não para o reconhecimento. Portanto deverá ser informada a UNINGÁ de que estão sendo
683 feitos pedidos de informações ao CAU/BR para que se possa de forma definitiva registrar ou
684 não. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR manifesta-se: “Conselheiro, para contribuir,
685 nós estamos numa atribuição que não nos cabe, que é do CAU/BR a definição é dada por
686 Resolução nacional. Acredito que para nos resguardar nós devemos transformar essa
687 orientação da Comissão numa Deliberação de Plenária. Em casos que envolvem terceiros nos
688 obrigamos a emissão de uma Deliberação; e é este o caso Conselheiro”. O Coordenador
689 concorda, e solicita ao presidente que seja colocado em votação. O Presidente pergunta aos
690 Conselheiros se estão esclarecidos, em relação a essa solicitação de inclusão de informação
691 nos certificados que vem das instituições de ensino antecipando a emissão de diploma, que
692 contemplem textualmente que todas as etapas já estão vencidas no curso e, por este motivo
693 está sendo emitido o certificado. É colocada em votação a Deliberação, e não havendo
694 manifestações contrárias é aprovado por unanimidade. E como último ponto da pauta da
695 CEF, trata-se do recebimento do convite para participação do Encontro Nacional de Ensino de
696 Arquitetura, o XXXV ENSEA e o XXXVII COSU, a se realizar na UNICAMP, em Campinas/SP, nos
697 dias 21 a 23 de março, cuja temática básica é “Um olhar sobre o ensino de arquitetura e
698 urbanismo, além das fronteiras”, e “O lugar do arquiteto e urbanista na sociedade do século
699 XXI, sua formação e prática”. Existe uma candidatura preliminar, uma disposição de participar
700 do evento, sendo o Coordenador da CEF, CARLOS HARDT, e o Conselheiro Suplente,
701 ANTÔNIO CARLOS ZANI, na impossibilidade do Conselheiro Antônio Zani, fica de sobre aviso o
702 Conselheiro Titular, GIOVANNI GUILLERMO MEDEIROS. Desta forma, é colocada pelo
703 Presidente, a votação, para o encaminhamento de dois membros da CEF para a participação
704 no evento. Não havendo manifestações em contrário, a proposta da comissão foi



705 encaminhada. Antes de encerrar o assunto, o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA
706 DUDEQUE, faz uma observação solicitando que as Resoluções sejam distribuídas, pois as
707 instituições não têm conhecimento do que acontece nesses eventos, pedindo que as
708 informações sejam socializadas, para não ficar uma série de eventos na qual os principais
709 interessados não tem participação. O Coordenador da CEF complementa: “me parece
710 procedente esse pedido de informação, traremos sempre à plenária do CAU, mas
711 efetivamente os grandes interessados são os cursos e um dos objetivos de nós termos os
712 Fóruns de Coordenadores é a disseminação dessas informações para aqueles que não
713 conseguem participar desses eventos, e isso tem sido feito efetivamente no Fórum e talvez
714 haja necessidade de solicitar aos seus coordenadores que também façam a disseminação
715 interna dentro dos seus respectivos cursos”. Nada mais havendo a tratar, a comissão encerra
716 o seu relato.....

717 **2.4. Relato da Comissão de Organização e Administração – COA**

718 O Coordenador da COA, BRUNO SOARES MARTINS solicita a exposição da Ata (ANEXO XIII) da
719 reunião da Comissão na tela, iniciando o relato, informa que existem duas solicitações de
720 apoio (ANEXO XIV), sendo que um delas está relacionada ao patrocínio concedido via edital, à
721 Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina-ADEMADAN,
722 que na época fez a proposição de um concurso de projeto para revitalização da praça de
723 Antonina. Naquele momento a comissão temporária que avaliou as propostas, fez a
724 solicitação de que ao ser disponibilizado recurso, o CAU/PR teria uma cadeira na comissão
725 julgadora do concurso. Então a ADEMADAN, solicita que seja indicado esse nome. Os
726 membros da COA sugerem o nome do Conselheiro Titular Orlando Busarello para representar
727 o CAU/PR neste concurso; e se a plenária aceitar a sugestão da COA, será feito ofício para
728 comunicar formalmente a ADEMADAN e também ao Conselheiro indicado. A outra
729 solicitação de apoio, é da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco que realiza
730 junto com o SEBRAE uma visita técnica à FEICON BATIMAT, já existe o calendário oficial da
731 Associação com o SEBRAE; a solicitação de apoio neste caso refere-se apenas à divulgação. O
732 Conselheiro da COA comenta que em conversa com a Assessoria de Comunicação do CAU/PR,
733 todo o apoio feito referente à divulgação, tem sido realizado desde que não haja cobrança de
734 valor do profissional; porém neste caso, para a participação da visita, é necessário que o
735 interessado invista o valor de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais). A sugestão da COA, é
736 que seja mantido o padrão, onde o CAU/PR contribuiria apenas com o apoio único e
737 exclusivamente de divulgação. Caso a plenária autorize o CAU/PR a apoiar, a logomarca do
738 Conselho será divulgada no campo “Apoio” do banner. Com a palavra aberta a Plenária, o
739 Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR, lembra que o outro evento da FEICON realizado há
740 uns dois anos atrás, o CAU/PR apoiou por meio de divulgação o SEBRAE de Pato Branco e a
741 Associação Regional. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT comenta que, dentro dos
742 princípios que é um evento de interesse da arquitetura e urbanismo, com parceiros regionais
743 e é um evento que em nada conflita com os princípios do CAU/PR, não envolve investimento
744 financeiro, o Conselheiro acredita que o Conselho deve realizar o apoio. O Conselheiro Titular
745 ANÍBAL VERRI JUNIOR pergunta se a divulgação será realizada somente para a região ou para
746 todo o Paraná. O Coordenador da COA, BRUNO SOARES MARTINS, comenta que na outra
747 oportunidade, foi disponibilizaram para o CAU/PR o material, e através da colaboradora Ana
748 Paula do Escritório Regional de Pato Branco, divulgou apenas no *mailing* dos arquitetos da



749 região. O Presidente coloca em votação a indicação feita pela COA do Conselheiro Orlando
750 Busarello, para fazer parte da banca julgadora do concurso de Ideias de Revitalização da
751 Praça Romildo Gonçalves Pereira em Antonina, realizada pela da ADEMADAN. Em votação,
752 não havendo manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. No momento é
753 colocada também para votação, a aprovação da divulgação referente à visita técnica à
754 FEICON BATIMAT, a ser realizada pela Associação de Engenheiros e Arquitetos de Pato
755 Branco junto com o SEBRAE. Em votação, não houve manifestação contrária, sendo aprovado
756 por unanimidade. Seguindo a pauta da COA, o Coordenador comenta sobre a troca de local
757 da próxima Plenária de março já comentada pelo Presidente na abertura da reunião. Fica
758 confirmado então que a plenária do mês de março ocorrerá na cidade de Cascavel. Dando
759 sequência, o Coordenador informa sobre a alteração no calendário de 2016 do CAU/PR, onde
760 foi acrescentado as informações referente aos feriados regionais dos municípios que são os
761 aniversários das cidades e o dia da(o) Padroeira(o). O Coordenador da COA, BRUNO SOARES
762 MARTINS, solicita que seja exposto na tela o Calendário de 2016 do CAU/PR atualizado
763 (ANEXO XV), e explica que referente ao aniversário da cidade de Curitiba e as demais
764 Regionais como, Londrina, Pato Branco, Maringá e Cascavel, estão sendo considerados como
765 Ponto Facultativo, desta forma a sugestão é não ser dado folga com desconto de banco de
766 horas e nem recesso, sendo considerado um dia normal de trabalho; porém para os feriados
767 referente ao dia da(o) Padroeira(o) de Curitiba e das demais cidades sedes das regionais do
768 CAU/PR, não haverá expediente, sendo considerado feriado os dias: 03 de junho de 2016,
769 Sagrado Coração de Jesus – Feriado em Londrina; 29 de junho de 2016, Dia de São Pedro –
770 Feriado em Pato Branco; 15 de agosto de 2016; Dia da Nossa Sra. da Glória – Feriado em
771 Maringá; 08 de setembro de 2016, Nossa Sra. da Luz – Feriado em Curitiba; e 12 de outubro
772 de 2016, Nossa Sra. de Aparecida – Feriado em Cascavel, inclusive feriado nacional. Referente
773 ao assunto levantado em plenária passada sobre emendar o dia 09 de setembro em Curitiba,
774 uma vez que dia 7 e 8 são feriados e dia 9 é uma sexta-feira; o assunto será discutido na
775 próxima reunião da Comissão. O Coordenador ainda reforça que os feriados de aniversário
776 dos municípios são todos pontos facultativos; então entrariam na condição de banco de
777 horas caso venha a ser entendido dessa forma. O Presidente do CAU/PR esclarece que
778 referente ao calendário só mudou o local da plenária do mês de março, e que o restante é
779 informação complementar que faltava; e lembra os conselheiros que o CAU/PR tem um
780 Acordo Coletivo de Trabalho assinado com o sindicato, e com os colaboradores, constituindo
781 o banco de horas, calendário anual, o que é feriado, o que não é, e que estava faltando no
782 calendário estas informações municipais que vão afetar os funcionários de cada cidade, e
783 complementa: “então isto vai pra nossa administração, isso vai pro nosso financeiro, isso vai
784 pro nosso controle de banco de horas, etc”. O Coordenador da COA complementa dizendo:
785 “antes até, no nosso calendário não tinha o nome das cidades, agora está tudo muito bem
786 organizado, muito bem esclarecido. Antes de partir para as apresentações dos relatórios, que
787 é o próximo item de pauta, lembra que: “a Comissão fixou a agenda com todos os chefes de
788 departamento do CAU/PR para uma reunião no dia 7 de março, a fim de organizar de forma
789 mais homogênea os relatórios de setores, para poder entender até melhor a própria
790 condição do funcionamento e tentar de certa forma filtrar as informações que são mais
791 pertinentes para estarem dentro da Plenária. Sabemos que a grande maioria deles relatórios
792 já estão bastante organizados, porém, com todo o critério de informação desenvolvido por



793 cada setor, mas é inviável apresentar o relatório completo em cada Plenária. A ideia é que a
794 COA possa com todos os chefes de departamento fazer uma síntese daquilo que é
795 informação mais pertinente”. O Próximo item da pauta a ser tratado é a apresentação dos
796 relatórios mensais. O Coordenador passa a explicar os gráficos do relatório do Departamento
797 de Atendimento (ANEXO XVI): “Registro de Responsabilidade Técnica. Houve um ligeiro
798 aumento de RRT/Simples em função do mês de janeiro onde vínhamos de um decréscimo
799 desse número e acreditamos que a queda, aparentemente, se estabilizou. Os outros índices
800 também estão muito próximos. Os registros de profissionais, em função das formaturas
801 tendem a aumentar, e já se percebe essa evolução. Pelos números dos atendimentos,
802 técnico, telefônico, presencial, e por *e-mail*; é possível observar uma diminuição considerável
803 no atendimento telefônico. As baixas de RRT, e análises de RRT/Derivado, Extemporâneo e
804 CAT em fevereiro permaneceu estável se comparado ao mês anterior. O gráfico de
805 Atendimentos por assunto também permanece no mesmo patamar. O gráfico de Curitiba
806 estava sendo apresentado individualizado das regionais, devemos colocar junto. Aqui volto a
807 reforçar e tentar entender o porque da Regional de Londrina ter um índice muito menor de
808 demandas para atendimentos, acredito que talvez se o Conselheiro André Sell pudesse
809 conversar com a atendente e ver se realmente ela está registrando todos os atendimentos,
810 porque me parece não serem corretos os números apresentados ou realmente os arquitetos
811 de Londrina não procuram o CAU? Pois, se levar em consideração que Londrina é a segunda
812 maior Regional em número de profissionais, comparado com a menor as divergências são
813 gritantes. Realmente é esse tipo de gráfico que nos faz pensar algumas coisas. Gráfico por
814 tipo de serviço nas regionais. Tem o atendimento telefônico, atendimento presencial,
815 atendimento via e-mail, o atendimento dos biométricos, agora tende a aumentar novamente
816 em função dos egressos, e protocolos gerados e encaminhados. O gráfico geral de RRTS por
817 mês em comparação aos outros anos. Então foi até uma solicitação na última Plenária onde
818 nós pudemos então perceber que nós temos uma diminuição do número de RRTS,
819 comparado ao ano inicial da série. Então, se nós pegarmos aqui, por exemplo, janeiro de
820 2013, nós tínhamos 4.473 mil RRTs, e agora 4.425 mil RRTs. E chegamos ao ápice com 5.380
821 mil RRTs no ano passado”. Dando sequência, é apresentado o relatório do setor de
822 Fiscalização (ANEXO XVII), onde o Coordenador da COA solicita a colaboração do
823 Coordenador de Fiscalização, o arquiteto urbanista Walter Gustavo Linzmayer, que faz a
824 apresentação: “Boa tarde Conselheiros. A fiscalização e o Atendimento são duas funções
825 muito importantes aqui no Conselho mas o tipo de documento e o tipo de processo que
826 acontece em cada um dos Setores são totalmente diferentes. Primeiro, a quantidade de
827 documentos gerados na Fiscalização é muito maior do que no Atendimento. Nós temos esse
828 resumo do mês e são 65 componentes diferentes. Já no Atendimento nós vamos ter em
829 torno de uns 20 tipos de documentos a serem analisados. Outra questão que é bastante
830 peculiar das duas partes é que o Atendimento trabalha com milhares de RRTS a serem
831 analisados. Já nos processos de Fiscalização são todos os documentos que demandam análise
832 técnica individual. Há o prazo para a pessoa se defender, contribuindo, trazendo informações
833 e todo um tempo diferenciado, como visto no caso, por exemplo, de Mangueirinha que se
834 tem aproximadamente dois anos dentro do Conselho, e é normal porque o processo assim
835 exige. As Resoluções colocam que a pessoa tem o direito da plena defesa, do contraditório e
836 tudo mais. Atendendo também uma solicitação tanto da CEP quando da CED no começo



837 dessa nova gestão, a Fiscalização tem trabalhado para instruir ao máximo possível de
838 documentos e informação para que os Conselheiros tomem as decisões no momento em que
839 os relatórios cheguem para análise. Os colaboradores do Setor de Fiscalização têm
840 encaminhado os documentos do relatório de fiscalização e tudo mais para poder melhor
841 instruir a decisão dos Conselheiros. Quando chega para vocês é para estar o máximo possível
842 instruído para se tomar decisão. Esclarecida essas duas questões, o relatório de Fiscalização é
843 bem diferente do Atendimento. Temos um resumo geral, que é essa tabela, os dados
844 quantitativos numa primeira parte, que são relações de documentos e dados típicos da
845 Fiscalização, e em seguida também, que é muito importante, são os dados qualitativos. A
846 pessoa entrou em recurso, o prazo demorou, porque o processo está demorando, foi oficiado
847 e tudo mais, isso é mostrado detalhadamente. Então nessa parte aqui, a Fiscalização tem os
848 dados dos documentos de um auto de infração, denúncia, levantamento de informações,
849 notificação, todos gerados na Fiscalização. No mês de janeiro, nós envolvemos 173
850 denúncias. No mês de fevereiro, 36. Da mesma forma ofícios, 37 e 15, protocolos, 27 e 26,
851 relatório de fiscalização, 14 e 9. Em seguida tem a compilação das ações que desdobram dos
852 relatórios, assim como: atendimento presencial, número de *e-mails*, telefonemas,
853 atendimentos telefônicos, relação de atividades, reuniões com profissionais ou internas.
854 Outra questão também é que a Fiscalização sempre está trabalhando com o Jurídico, sempre
855 trabalhando com Atendimento, com a própria Presidência ou mesmo a Comunicação em
856 várias das questões. Em seguida, nós temos uma série de documentos que não são da
857 Fiscalização, por exemplo, no Setor de Atendimento quando se vai fazer uma análise de CAT
858 ou RRT surgem questões técnicas que encaminham para Fiscalização. Foram analisadas nesse
859 montante 134 documentos mês passado e esse mês 194. Tudo isso acaba sendo pulverizado
860 em vários setores. O mês passado foi próximo de 300, esse mês 241, e a Gerência Técnica
861 também demanda algumas atividades da Fiscalização. Nem sempre os processos que
862 estamos trabalhando no mês, conseguimos encaminhar às Comissões no mesmo mês. As
863 denúncias são a maioria das demandas e uma denúncia gera um levantamento preliminar de
864 informações, depois num relatório de fiscalização, depois uma notificação preventiva e
865 depois um auto de infração. Esse é o processo natural dentro das Resoluções do CAU/BR.
866 Então há um tempo de maturação dentro de qualquer processo previstos nas Resoluções
867 como direito dos arquitetos. O Coordenador da COA agradece o relato da Fiscalização e
868 comenta: “Muitas vezes não temos essa noção exata de todo esse processo, de todo esse
869 detalhamento, de toda essa evolução, então por isso solicitei ao Gustavo que permanecesse
870 para que pudesse explicar melhor já que acredito que de agora em diante todos os relatórios
871 da Fiscalização virão com essa contribuição e organização, então isso é bastante elucidativo
872 para gente poder até avaliar essa questão. Diante disso, e até com base nessas questões e
873 vendo também os processos do Setor Administrativo, nos fazem lembrar das nossas
874 cobranças insistentes com relação aos fluxos e processos dentro do CAU e que talvez
875 devamos retomar essa normativa. Então coloco para reflexão, pois acredito que amarra um
876 pouco mais essas relações. Os processos estão indo e voltando, o prazo está contando dentro
877 de um setor ou de outro, não existindo um prazo definido para que isso aconteça. Então
878 precisamos pensar de uma forma um pouco maior. O Presidente do CAU/PR, lembra aos
879 Conselheiros não temos pernas nem braços para fazer como o sistema CREA faz, de colocar
880 100 fiscais na rua e temos que ter claro a questão da Fiscalização, já que foram emitidas



881 dezenas de Resoluções por parte do CAU/BR, sem a preocupação de agilizar os processos,
882 muito pelo contrário. Se nós não detalharmos o nosso Plano de Fiscalização a partir das 7
883 (sete) atribuições previstas em Lei, nós podemos nos perder com muita facilidade. Nós temos
884 que trabalhar sob o aspecto de valorização desses 7 (sete) tipos de atuação”. O Coordenador
885 da COA, BRUNO SOARES MARTINS retoma a palavra e explica brevemente os demais
886 relatórios apresentados, reforçando a importância da reunião a ser realizada no dia 7 de
887 março entre a COA e os gerentes de setores, para que possa ser verificado a melhor forma de
888 sintetizar os relatórios sem perder o quantitativo e a qualidade, porém tornar as informações
889 mais didáticas e objetivas para apresentação a Plenária. Antes de finalizar, o Coordenador
890 informa que os relatórios podem ser disponibilizados aos Conselheiros que quiserem analisar
891 de forma detalhada. Com a pauta da COA encerrada, o Presidente agradece os relatos e
892 solicita a apresentação da CPFi.....

893 **2.5. Relato da Comissão de Planejamento e Finanças – CPFi.....**

894 O Presidente do CAU/PR solicita ao Coordenador da Comissão de Planejamento e Finanças
895 Conselheiro Titular IDEVALL DOS SANTOS FILHO, para promover o Relato da CPFi que com a
896 ata (ANEXO XVIII) em tela, passa a relatar a aprovação da ata anterior, com as três correções:
897 I) troca do mês de novembro para janeiro; II) apresentado o cronograma de procedimentos
898 para aprovações do plano de ações de 2016 do CAU/PR perante o TCU substituído o
899 cronograma dos procedimentos para as aprovações do relatório de gestão TCU, referente ao
900 exercício de 2015; III) inclusão de extra pauta na ata anterior por solicitação da Presidência e
901 com aprovação dos Conselheiros integrantes da Comissão, será feita a inclusão do assunto:
902 “levantamento de recursos depositados em juízo devido a decisão judicial favorável ao
903 CAU/PR sobre o Fundo de Apoio”. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, insiste
904 em que se melhore a terminologia das palavras, e comenta: “por solicitação da Presidência e
905 com aprovação, não é com recomendação? A Comissão aprova nesse caso? Só uma questão
906 de terminologia: solicitação da Presidência e com aprovação dos Conselheiros”. Retoma a
907 palavra o Coordenador da CPFi, que passa a relatar o próximo item de pauta que trata da
908 aprovação do balancete do último trimestre. Apesar, do estabelecido na reunião Plenária
909 anterior sobre a prorrogação do prazo para esta aprovação, porém a CPFi resolveu que seria
910 possível, devido a todos os meses anteriores já estarem aprovados, fazer também esta
911 aprovação do último trimestre. Desta forma, baseado na análise desses documentos e
912 considerando que as contas do referido período já foram aprovadas pela Plenária, mês a
913 mês, a CPFi opinou favoravelmente à aprovação das demonstrações contábeis do CAU/PR
914 relativas aos meses de outubro, novembro e dezembro do exercício de 2015. O Presidente
915 JEFERSON DANTAS NAVOLAR, encaminha para votação a aprovação do balancete do quarto
916 trimestre de 2015. Sem manifestações contrárias, os Conselheiros acompanham o voto da
917 CPFi, e por unanimidade a aprovação é realizada. Com a palavra o Coordenador da CPFi,
918 IDEVALL DOS SANTOS FILHOS, comenta o próximo item de pauta, que trata das evoluções das
919 receitas de 2015 e 2016. Foram apresentadas as planilhas de Evolução das Receitas 2015 x
920 2016, com e sem rentabilidade das aplicações financeiras; RRTs mês a mês; Movimentações
921 Financeiras e Quadro de Evolução de Despesas do CAU/PR. O mês de janeiro repete sua
922 peculiaridade específica, apresentando considerável volume de entrada no mês de janeiro,
923 devido à quitação de anuidades. Nota-se que continua o declínio no número de RRT’s
924 emitidas, conforme gráfico apresentado. O Coordenador da CPFi, informa que o quadro de



925 Evolução das Despesas do CAU/PR, ainda se encontra em fase de fechamento, e será
926 apresentado em reunião posterior. Para a aprovação das contas de janeiro 2016, foram
927 apresentadas as planilhas decorrentes do controle do mês, o Quadro Resumo da Evolução do
928 Fluxo de Caixa, Comparativo Taxas de Rendimento das Aplicações dos Recursos do CAU/PR,
929 as Despesas Individualizadas. O Coordenador explica que, se comparadas as receitas obtidas
930 no período com aquelas de janeiro de 2015, apurou-se uma queda de 10,9% (dez inteiro e
931 nove décimos por cento), e lembra que as receitas tiveram os valores foram reajustadas em
932 10,96% (dez inteiros e noventa e seis centésimos por cento). A conclusão não é definitiva,
933 pois ocorreu um problema com o SICCAU o que ocasionou tumulto nos últimos dias do mês
934 de janeiro dificultando a arrecadação. O Coordenador da CPFi, solicita a intervenção do
935 Gerente Geral NILTO ROBERTO CERIOLI, que explica que o problema técnico com o SICCAU
936 foi determinante para o problema dos resultados, lembrando que a possibilidade de
937 desconto para a anuidade foi prorrogada até dia 15 de fevereiro de 2016, e complementa
938 informando que foi feito um acompanhamento, e mês de fevereiro houve uma queda de
939 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento). O Conselheiro Relator IDEVALL DOS SANTOS
940 FILHO, retoma a palavra e informa que os valores a serem levantados do depósito judicial
941 serão depositados em uma nova conta para facilitar o controle, conforme já fora votado
942 anteriormente. Prosseguindo, a CPFi se coloca favorável à aprovação do relatório financeiro
943 de janeiro de 2016. O Presidente do CAU/PR, coloca para votação o relatório financeiro de
944 janeiro de 2016. Não havendo manifestações contrárias, é aprovado por unanimidade. O
945 Coordenador da CPFi comenta sobre a Plenária Ampliada do CAU/BR, assunto já tratado pelo
946 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR no início desta seção, se trata de reunião onde
947 serão debatidos o plano do Fundo de Apoio financeiro e a ratificação das Resoluções
948 anteriores, o que é antagônico, visto que a Justiça já decidiu contra o que havia sido votado.
949 Como último assunto falou-se do convite feito pela CPFi do CAU/BR aos CAUs para o
950 Encontro Temático sobre Prestação de Contas, o evento está programado para 03 de março
951 de 2016 em Brasília/DF em local a ser definido. Tal evento se faz necessário devido a uma
952 série de mudanças no processo de prestação de contas, em especial em relação ao sistema
953 de envio dos relatórios, que deverão ser disponibilizados ao Tribunal de Contas da União de
954 forma individualizada, CAU/BR e CAU/UF, diretamente no Sistema de Prestação de Contas
955 Anuais ao TCU, o “e Contas”. Para o Encontro Temático, foram convidados os responsáveis
956 técnicos pela condução da Prestação de Contas, os profissionais encarregados do
957 planejamento estratégico dos CAU/UF e os Coordenadores das Comissões de Finanças
958 estaduais. A Presidência do CAU/PR, indicou o Coordenador da Comissão de Planejamento e
959 Finanças e um funcionário técnico responsável pela condução da prestação de contas para
960 participar do evento. O Coordenador da Comissão de Planejamento e Finanças dá por
961 concluído seu Relato. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, agradece e lembra que
962 após o encerramento da Plenária ocorrerá a cerimônia de posse do Conselheiro Suplente
963 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES como Presidente do SINDARQ, e comenta o texto
964 “Arquitetura e Urbanismo como política”, e expressa sua opinião: “ É importante que este
965 documento circule dentro dos partidos e que venham a fazer parte das convenções, pois dela
966 é que saem as pautas que são registradas com as candidaturas, o que tornaria muito
967 eficiente o nosso trabalho em busca de espaço. A ação se torna imprescindível, pela
968 abrangência do documento que já recebeu reconhecimento de várias entidades importantes,



969 terá que circular principalmente junto às lideranças dos partidos do interior, para tanto são
970 convocados todos os Conselheiros”. A título de informação, a Comissão Nacional de Incentivo
971 à Cultura (CNIC), que aprova os projetos da Lei Rouanet, com a moção nº16 fica oficializado
972 que projetos de arquitetura contratados através dos Concursos Públicos poderão ser
973 beneficiados pela lei de patrocínio do MINC. Isso é uma ferramenta extremamente
974 importante e abrangente no sentido de convencimento dos agentes públicos, de optarem
975 pelo concurso, além de ser a melhor escolha poderá ser patrocinada pela “lei de incentivo”.
976 Será solicitado para as entidades representadas também façam a ampla divulgação desse
977 importante reconhecimento que o Ministério da Cultura nos concede para a Arquitetura e
978 Urbanismo”. O Presidente do CAU/PR passa a palavra para o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ
979 TABORDA DUDEQUE que fala: “sobre o manifesto das entidades, eu só gostaria de lembrar
980 uma frase do MIGUEL PEREIRA, Conselheiro do CAU/BR, repetia: "ou os Arquitetos e
981 Urbanistas fazem política, ou os políticos farão Arquitetura e Urbanismo". Um documento
982 como esse, que pode parecer antipático para certos colegas que pensam que o CAU deve ser
983 apolítico, apartidário, isso e aquilo. Apartidário sim. Apolítico, jamais”. O Presidente do
984 CAU/PR toma a palavra, registra o aniversário do Conselheiro Titular Giovanni Guillermo
985 Medeiros e encerra a Reunião com agradecimento a todos que compareceram e se
986 dispuseram ao debate.....
987 **Nada mais a tratar, o Presidente Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece**
988 **aos Conselheiros presentes e, às dezoito horas e quarenta minutos do dia vinte e dois de**
989 **fevereiro de dois mil e dezesseis, declara encerrada esta Reunião de nº 053 (segunda de 2016) do**
990 **CAU/PR.** Para constar, eu, ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA, Assistente de Plenária *Ad hoc* deste
991 Conselho, lavro a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será rubricada por mim em todas as
992 páginas e, ao final, assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.--
993

994
995
996
997
998
999
1000
1001
1002
1003

JEFERSON DANTAS NAVOLAR
Presidente do CAU/PR
CAU A8657-6

ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA
Assistente de Plenária



- 1012 ANEXOS
- 1013 Anexo I - Pauta Plenária Ampliada CAU/BR.
- 1014 Anexo II - Reunião CONFEA e o CAU/BR.
- 1015 Anexo III - Memória Reunião CEP.
- 1016 Anexo IV - Questionários Municipais.
- 1017 Anexo V - Comitê de Desburocratização.
- 1018 Anexo VI - Cenário de Arrecadação de Recursos.
- 1019 Anexo VII - Tabulação dos Questionários Municipais.
- 1020 Anexo VIII - Proposta Regimento de Conciliação.
- 1021 Anexo IX - Solicitação CAU/BR - Renovação do Código de Ética.
- 1022 Anexo X - Certidão Negativa relativa aos Processos Éticos Disciplinares.
- 1023 Anexo XI - Memória-Síntese Reunião CEF.
- 1024 Anexo XII - Apresentação CAU/PR.
- 1025 Anexo XIII - Ata COA.
- 1026 Anexo XIV - Solicitação de Apoio ADEMADAN e SEBRAE/FEICON BATIMAT.
- 1027 Anexo XV - Calendário de 2016 do CAU/PR atualizado.
- 1028 Anexo XVI - Relatório do Departamento de Atendimento.
- 1029 Anexo XVII - Relatório de Fiscalização.
- 1030 Anexo XVIII - Ata CPFi.